

Questão ambiental, povos originários e populações tradicionais: o tempo presente em suas contradições

Ana Inês Simões Cardoso de Melo* 

Ziza Dourado (E.D.)** 

Ao propor a temática “*Questão ambiental, povos originários e populações tradicionais*” para o dossiê desta edição, apresentamos como objetivo promover o debate relacionado à questão ambiental e sua centralidade no modo de produção capitalista em suas feições no presente. E, ainda e especialmente, que pudéssemos contribuir com a reflexão e discussão sobre os conflitos, lutas e estratégias criados pelos povos originários e diferentes populações tradicionais face a ação predatória do grande capital em seus processos violentos de expropriação.

A centralidade da questão ambiental na cena contemporânea requer o tratamento tanto de suas determinações, condicionantes e em que resultam, quanto o debate e a discussão sobre as condições de vida e de trabalho de povos originários e de distintas populações tradicionais. Interessa à abordagem, ainda, suas concepções e práticas que os organizam e a seus territórios em suas dimensões econômico-políticas e socioculturais e em suas relações com o ecossistema – como guardiões de um conhecimento ancestral detentor de saberes, práticas e tecnologias no cuidado, proteção e estratégias de ocupação e manejo territorial próprias. Com a mesma relevância estão suas formas de organização política, como sujeitos sociais e coletivos e, portanto, na afirmação de suas lutas e de seu protagonismo frente as relações homem/natureza, próprias a um conhecimento inequívoco acumulado por gerações.

No capitalismo, a propriedade da terra, como mercadoria, envolve a apropriação privada da natureza em que seus bens e recursos assim como o trabalho humano estão submetidos a uma racionalidade instrumental, exclusivamente baseada na maximização de lucros e na monetarização da vida social em detrimento de qualquer consideração sobre os impactos e consequências naturais e sociais.

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.84204>

*Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, E-mail: iness@infolink.com.br.

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: zizadourado@gmail.com.

COMO CITAR: MELO, A. I. S. C. de; DOURADO, D. Editorial. Questão ambiental, povos originários e populações tradicionais: o tempo presente em suas contradições. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, pp. 10-23, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.84204>



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Essa ação predatória e de destruição da vida é marca inalienável do capital e atinge uma escala e intensidade absolutamente inéditas nos tempos atuais a despeito dos cinco séculos de rapina e invasões.

Marx (2013, p.703) já nos alertava para a “*potência destrutiva das forças produtivas do capital*” e suas inflexões sobre a relação homem/natureza, indicando as particularidades deste processo e suas consequências sobre as inúmeras formas de vida existentes. Para ele, o capital instaura um processo de “devastação e esgotamento” da força de trabalho e, também das forças inerentes aos recursos naturais mediatizadas pelo progresso técnico que, tanto na indústria quanto no campo, institui um “[...] progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo [...]” que, por sua vez, reage a “cada progresso alcançado no aumento de sua fertilidade” com o “esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade” (Marx, 2013, p.703).

Há uma relação direta entre o modo pelo qual o capitalismo faz o uso da terra e lhe atribui significado com a degradação do solo explorado. A natureza – incluindo aqui o homem – não é uma fonte inesgotável de vida e sua exploração brutal e ininterrupta pelo capital coloca em risco sua existência ao promover profundas fissuras na relação homem/natureza.

Hoje somos confrontados com uma crise ambiental, sem precedentes, seja pela violência estrutural de ações estatais, seja por acordos ou formação de consensos sob a ideia de uma suposta sustentabilidade que escamoteia os interesses de reprodução continuada do capital. Com isso, busca-se diluir os antagonismos de classes e as desigualdades sociais sob uma retórica de preservação da natureza, sem que se altere as bases mesmas da exploração, espoliação e degradação de bens naturais e humanos. Em seu enfrentamento para além de, por vezes, necessárias ações e políticas compensatórias, mitigadoras das consequências históricas do extrativismo, da criação pecuária e das áreas de cultivo, de processos industriais, entre outros – cujas atividades econômicas destroem, continuamente, a diversidade de biomas existentes no território nacional –, se torna essencial decodificar os interesses e estratégias de domínio e opressão que se colocam nesse cenário violento de disputas e conflitos.

As condições de capitalismo dependente e periférico (Fernandes, 1976; Ianni, 1981; 2004) e suas próprias feições predatórias, desde os primórdios da formação social brasileira, se deram a partir de contínuas invasões de terras, sob processos de escravização, bem como, ao longo do percurso histórico, por processos degradantes e violentos no uso do solo que acompanharam a apropriação privada da terra e sua mercantilização. Também conformaram o mundo do trabalho e da vida social, gerando processos industriais poluentes, extrativistas e depredadores do meio ambiente rural e urbano. Tais processos reverberam na expropriação da natureza, no adoecimento, na mortalidade e, inclusive, no extermínio de povos e modos de vida.

Os movimentos e organizações coletivas dos povos originários e das populações tradicionais esgarçam, a partir de suas práticas e conhecimentos ancestrais, o tecido político brasileiro. Explicitam, com seus enfrentamentos, a vinculação dos processos de expropriação que historicamente ocorrem no país com a exploração e apropriação destrutiva da natureza através da mercadorização das riquezas naturais e sua associação com grupos econômicos nacionais e transnacionais cujas confluências de interesses público-privados se coadunam na dilapidação do patrimônio e da riqueza nacional.

Um cenário explosivo, tensionado por disputas e enfrentamentos políticos, cuja correlação de forças está vinculada a organização e luta permanente dos povos originários e populações tradicionais, atravessa a processualidade histórica, econômico-política e sociocultural no país. Marcado pela violência e, muitas vezes, forjado por sangue, longo vem sendo o processo pela conquista e cumprimento de seus direitos à terra, à demarcação e titularidade de seus territórios, e que assegurem sua organização social, étnico-culturais e territoriais.

As contribuições desta edição ao *Dossiê Questão ambiental, povos originários e populações tradicionais* oferecem ao leitor reflexões nas quais são mobilizados distintos conceitos, categorias e/ou noções procurando apreender a complexidade das questões relacionadas à temática proposta. Destaca-se que diferentes são as linhagens teóricas a que se filiam os autores e autoras na captura do objeto de suas formulações, evidenciando a perspectiva plural que assume este dossiê ao tratar as relações da questão ambiental com os povos originários e as populações tradicionais no país, a partir de distintos lugares teóricos e políticos.

Além de contar com artigos que desenvolvem uma problematização teórica e/ou de revisão bibliográfica, há entre as contribuições, trabalhos baseados em pesquisa de campo, documental, fontes secundárias e/ou sobre experiências concretas, bem como a preocupação com a construção e intervenção de políticas públicas. Apesar da diversidade teórica, os conteúdos apresentam em comum várias evidências das relações predatórias entre homem e natureza e, sobretudo, como estão presentes nas particularidades da formação social brasileira, sob as relações sociais capitalistas.

O artigo que abre o *Dossiê*, “*Questão ambiental, apropriação de terras e emergência de novos sujeitos políticos no Brasil contemporâneo*” (traduzido ao inglês, em sequência) é exemplar na última perspectiva mencionada, pois apreende a questão ambiental, dos povos originários e das populações tradicionais em uma perspectiva teórica e histórica. E, nesse sentido, aponta diretamente para a questão fundiária, ou seja, para a apropriação privada da terra. Expõe seus fundamentos no contexto do capitalismo no Brasil, estabelecendo as relações de povos e populações com os usos da terra e como, então, convergem com a questão ambiental e se complexificam na atualidade com novas expropriações.

Ao tomar a questão agrária em sua centralidade, a autora aponta para os traços característicos do processo de mercantilização de terras no país e como esses conformaram

o longo processo de apropriação privada. Destacam-se, o mote do progresso, da modernização da agricultura, sob forte concentração fundiária, da agricultura e do agronegócio frente a diferentes expropriações que incidiram sobre a relação homem/natureza experimentadas por povos originários e populações tradicionais.

Violências do Estado e do capital são sua marca indelével e são diversas no percurso histórico, negando a estas populações os seus direitos à terra. Todavia, tais processos não se deram sem resistência, como destaca a autora, evidenciando a organização destas populações já desde o campo, sob sua ocupação desregrada desde os primórdios da invasão colonizadora. Acabaram por culminar na convergência entre questão agrária e questão ambiental, somando às lutas por reforma agrária e pelos direitos do trabalho, a emergência de novos sujeitos e suas lutas que se colocam na cena pública – em comum, em sua convergência, suas reivindicações avançam por direitos ao uso do solo e de preservação das relações que estabelecem com a natureza e que incidem e se singularizam em seus modos de vida e de trabalho.

Ao desdobrar os fundamentos históricos da questão fundiária, a autora evidencia como é, principalmente, a partir dos anos 1970, que a questão ambiental se institui e converge com a questão agrária e à emergência de novos sujeitos políticos coletivos internacional e nacionalmente. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é considerada como marco importante por reconhecer como *sujeitos de direitos* os povos originários e populações tradicionais. No entanto, no movimento de correlação de forças, verificamos os avanços e retrocessos que se desenvolvem desde então, vis-à-vis aos avanços do capital sobre a terra e sobre os trabalhadores e as trabalhadoras, evidenciando a “*distância entre intenção e gesto*” (Buarque; Guerra, 1973 – grifo nosso) que permeia esse reconhecimento de sujeitos de direitos conferido aos povos indígenas e às populações tradicionais frente ao seu efetivo exercício.

Em um continuum, certamente, acompanhado por determinações e condicionantes da processualidade histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a questão fundiária sinaliza hoje para o aprofundamento da associação entre capitais industriais, comerciais e financeiros. Sob a égide da financeirização, os conflitos fundiários se (re)atualizam somando-se às expropriações, processos de especulação fundiária e de estrangeirização, relacionados ao mercado de *commodities* e a novas vantagens e limitações que perpassam a acumulação capitalista.

Os usos do solo foram e são os mais diversos em suas vantagens e em suas limitações – o capital não vê restrições à sua expansão e empreende seus negócios em quaisquer situações e de acordo com as necessidades que a ele se põem e repõem. Ao lado da exploração da força de trabalho, a que se faz sobre os usos do solo pode se dar sobre solos férteis ou estéreis, ao capital. (Marx, 2017). O segundo artigo, intitulado “*Questão ambiental e*

dinâmica expansiva do capital: renda fundiária e a determinação social das condições naturais” nos convida a esta problematização. O autor, em pesquisa teórico-bibliográfica, fundamenta suas formulações a partir da categoria marxiana de renda fundiária em diálogo com outros autores que discutem questões ambientais a partir da relação capital/natureza. Reconhecendo a renda fundiária como punção do valor social, argumenta que é de sua relação com a dinâmica necessariamente expansiva do capital – *valor que se valoriza* (Marx, 2013) – que se torna possível compreender criticamente as consequências ambientais sob a crescente *mercadorização da natureza*. Observa que o capital pode explorar vantagens ou limites, o que evidencia essas relações capital/natureza em uma processualidade histórica não linear, mas, sim, desigual e combinada.

De fato, quando nos reportamos à formação social brasileira, é possível verificar a centralidade da questão fundiária e sua expressão sob as particularidades de uma economia dependente e periférica. Certamente que com inflexões no decurso histórico, permaneceram a concentração fundiária e a exploração predatória em processos contínuos de expropriação. O artigo “*Agronegócio e agricultura familiar: interesses econômicos e abastecimento interno em debate*” se volta a essas particularidades, problematizando o agronegócio, com sua capitalização intensiva, uso extremo de agrotóxicos e produção voltada ao mercado externo frente a agricultura familiar, com práticas de manejo criadas alternativamente e voltadas à alimentação da população brasileira.

As autoras se voltam para as determinações históricas da questão agrária no país, com o privilegiamento da propriedade privada da terra desde o processo de escravização e de colonização, passando pelo avanço da concentração fundiária dos grandes latifúndios, do processo de modernização da agricultura até chegar as atuais expropriações. Em um processo que aliança o Estado, o capital internacional e a burguesia nacional, à contínua apropriação privada de terras, se somam incentivos fiscais e subvenções financeiras que potencializam a inserção tecnológica no campo e os negócios dos grandes proprietários. Se somam, ainda, ao mercado de *commodities* e seu papel na atual fase de financeirização mundial do capital, a potencialização de estratégias que aprofundam as expropriações.

No artigo, esses aspectos atuais são tratados sob a chave de leitura do ultraneoliberalismo, contextualizando principalmente o último governo federal brasileiro, seu *negacionismo ambiental* – com as proposições e práticas de sua desregulação¹ –, como também sanitário, no cenário pandêmico de Covid-19. Suas repercussões significaram o alijamento e maior fragilidade dos segmentos que integram a agricultura familiar – a despeito de sua maior contribuição tanto para o emprego quanto para o fornecimento para o mercado interno –, quanto as concepções e práticas do governo federal no contexto pandêmico, inclusive e especificamente para estas populações.

1 A despeito, sugerimos a leitura de Acsehrad (2022).

Este processo de crescente mercadorização da natureza/ambiente e suas consequências é expresso na extração e comércio do ouro, problematizados no quarto artigo deste dossiê. A contribuição “*Ouro (i)legal: uma determinação estrutural sobre a Amazônia*” se volta para a questão, propondo o desvelamento da relação entre a produção de ouro (i)legal na Amazônia e o mercado internacional. A partir de pesquisa teórico-bibliográfica, alimentada por fontes secundárias, são problematizadas as relações orgânicas entre a Amazônia e a produção do ouro (i)legal pressupondo sua determinação estrutural na Amazônia.

Esta grafia – *ouro (i)legal* – quer indicar sua irratreabilidade, uma vez que, conforme argumenta a autora, na exploração do ouro, se associam legalidade e ilegalidade, cadeias tanto formais quanto informais nos processos de produção, distribuição, comercialização e consumo. Conjugam-se as demandas dos países centrais pelo consumo do ouro extraído nos países periféricos, a partir de processos que, segundo a autora, são financiados por companhias transnacionais, contrabandeados e transformados em refinarias, passando por processos de seu *branqueamento*. Destaca, inclusive, a *transferência de responsabilidade* que é creditada pelos países centrais aos periféricos com ações de *responsabilidade social* em uma espécie de *limpeza* da imagem daqueles países, sob a vigência do *direito de contaminar* ou *direito de poluir*. Suas consequências se dão pela poluição e degradação ambiental e pelo comprometimento da sobrevivência e reprodução dos povos originários e das populações tradicionais.

Em sua avidez por lucros crescentes, o capital age de modo rapinante em relação a exploração da força de trabalho humana e aos recursos naturais, avançando, sem hesitar, por sobre todas as formas sociais e impondo, a seu ritmo e força, toda sua ferocidade e violência contra aos que resistem ao seu projeto de destruição. A despeito de sua ação predatória, das políticas engendradas pelo Estado brasileiro em conluio com o capital nacional e transnacional, de extermínio, silenciamento, omissão, negligência e/ou de colocar em invisibilidade os direitos dos povos originários e das populações tradicionais, eles têm construído, a partir de seus saberes e práticas, um protagonismo extraordinário, mesmo em um terreno político de forças tão assimétricas, na defesa de seus direitos e do direito de todos os seres do planeta à vida.

Dessa forma, permitem romper a partir de suas trajetórias e lutas com qualquer compreensão fragmentada da realidade social concreta e dos processos históricos que a constituem, pois seguir suas pegadas nesta terra chamada Brasil significa desmistificar a ideia de que não houve resistência aos processos de colonização e escravização. É reconhecer nas insurgências dos povos originários e populações tradicionais sua força de resistência desde a colonização diante das invasões, ataques, saques, genocídios e tentativas de escravização das inúmeras nações aqui existentes e daquelas que aqui, raptadas pelo tráfico negreiro, se instalaram sob condições aterradoras. É compreender que o mito da democracia racial se constrói fundamentalmente com as políticas de apagamento e de promoção da invisibilidade.

bilidade da memória ancestral, das contestações, lutas, resistências, da população negra escravizada. As fugas coletivas, a organização dos quilombos, os boicotes cotidianos ao trabalho violentamente combatidos pelos açoites, torturas e morte, as rotas de fuga trançadas na cabeça, as sonoridades, danças e tantas outras formas de resistir e se fazer existir devem ser recuperados, rememorados, (re)contados junto às gerações que, ainda hoje, convivem, resistem e (re)existem cotidianamente ao racismo estrutural fortemente presente.

Os povos originários e as populações tradicionais se constituem sujeitos políticos, cuja contribuição na luta contra os ditames do capital e a herança conservadora de nossa formação social colocam em xeque, no tempo presente – num terreno contínuo de lutas entre forças políticas tão assimétricas –, a questão da terra e da relação homem/natureza enquanto convivência pacífica, integradora, sem violações e destruições. Sem dúvida, um projeto societário de preservação da vida humana e da natureza que contribui para questionar radicalmente a hegemonia do capital. Este argumento é apresentado em “*Quilombo é o nosso lugar: a (re)existência quilombola no Brasil*”, a partir da (re)existência dos sujeitos do quilombo para reafirmar este lugar social como ato de resistência frente aquele que é atribuído ao negro no país, em relações sociais marcadas pelo racismo que ainda hoje reforçam a dominação e exploração.

Neste percurso, são problematizadas as comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, a fim de afirmar a memória de sua (re)existência, bem como do longo processo de conflitos e respostas através de legislações sobre a questão no país. Evidencia como a estrutura de dominação e exploração permanece no presente, a partir de processos como o do racismo estrutural e da violência infringida aos corpos negros e especialmente aos das mulheres negras e frente aos quais os quilombos que permanecem no Brasil expressam a resistência desta população – ligam o passado dos quilombos como lugar de encontro, de liberdade e de sobrevivência às relações comunitárias que ainda hoje são aí experimentadas e que podem ser compreendidas como expressão desta (re)existência coletiva do povo negro. Todavia, a despeito de avanços em seu reconhecimento como sujeito de direitos, especialmente com a Constituição Federal de 1988, várias são as invisibilidades e equívocos históricos no que se refere à população negra e quilombola. Os avanços e recuos na legislação permanecem presentes em lutas e disputas cotidianas e necessárias centrais à questão do direito efetivo ao território.

No sexto artigo do dossiê – “*Perspectivas de acadêmicas indígenas no enfrentamento do racismo na universidade*” –, seus autores, ao trazer a singularidade de mulheres indígenas e o acesso à educação, especialmente universitária, evidenciam como o racismo é estabelecido, identificando-o como racismo estrutural. Reportado a pesquisa de mestrado de sua autora, também ela indígena *Kaingang*, o artigo é escrito em coautoria com seu orientador de mestrado, pesquisador não indígena, e propõe reflexões a respeito de experiências

de mulheres indígenas *Ava-Guarani*, entrevistadas, no processo investigativo, sobre suas trajetórias na vida universitária.

A experiência das mulheres indígenas na formação universitária é contextualizada pelo processo de implementação e desenvolvimento de políticas de ações afirmativas que, segundo os autores, foram desenvolvidas inicialmente em universidades do estado do Paraná no que se refere aos indígenas. Destacam o ineditismo deste processo quando considerada a história dos povos indígenas no país, uma vez que, a partir dessa inserção na formação universitária, as mulheres indígenas logram instituir seus lugares de pesquisadoras, intelectuais e de seu protagonismo na comunidade acadêmico-científica brasileira. Argumentam que nesse percurso, contudo, além desse autorreconhecimento como indígenas, experimentaram, nas relações socioculturais travadas, processos de ocultamento dessa condição, tendo em vista o racismo estrutural manifesto no ambiente universitário, ao lado de outros desafios para a sua permanência na formação superior.

A manifestação desse racismo estrutural se dá, segundo os autores, a partir tanto do desconhecimento da história dos povos indígenas, quanto no que se refere ao debate sobre as cotas raciais implementadas a partir das políticas de ações afirmativas. Na pesquisa realizada, identificaram manifestações de ofensas, preconceitos, estereótipos e situações de segregação. Também destacam, no debate sobre as cotas raciais no ambiente universitário pesquisado, a presença de interpretações que as caracterizam como possíveis *benesses* sob um discurso meritocrático de acesso à universidade.

Os autores destacam ainda que contrapostas a essas violências – que, aliás, se associam a outras experimentadas pelos povos originários –, o avanço de políticas educacionais para os(as) indígenas, bem como sua presença no espaço universitário podem contribuir para lutas que combatam sua invisibilidade. Se a presença indígena interroga a universidade e pode contribuir para avançar lutas antirracistas e anticapitalistas, é possível supor inflexões na ultrapassagem da condição de objetos a sujeitos de pesquisa, como observam seus autores.

Em “*Justiça socioambiental para gestão integral de riscos de desastres*”, os autores trazem suas contribuições sobre o campo da *justiça socioambiental* e como esse pode e vem contribuindo na *gestão integral de riscos*. Ao apresentar o problema das *mudanças climáticas e desastres*, os autores apontam para indicadores preocupantes sobre os desafios postos. Esses indicadores estão relacionados às relações sociais hegemônicas estabelecidas nos dois últimos séculos e que vêm sinalizando sobre a ocorrência de mudanças climáticas e possíveis e efetivos desastres. As mudanças climáticas estão associadas, principalmente, às matrizes econômicas e energéticas e se relacionam ao aquecimento global e ao aumento significativo de emissões de CO₂, ocorrida na maioria dos continentes, entre outros determinantes. Devem ser destacadas, ainda, questões que reclamam da preservação ambiental frente as

atividades agropecuárias e extrativistas, por exemplo, na mineração (legal e ilegal) e como se relacionam com desastres diversos; e, isso, mesmo nos casos em que os acidentes podem ser classificados como relacionados à tecnologia e/ou à infraestrutura de empreendimentos, mas que podem guardar interações com as mudanças climáticas.

Ao lado de outros indicadores, os autores apontam o descompasso existente entre o atraso da ciência em termos do (re)conhecimento e das respostas para fazer face às questões socioambientais e aquele proveniente da experiência de povos originários e populações tradicionais que já anunciavam, desde muito antes, modos de produzir e viver, mas hegemonicamente não reconhecidos e reportados ao misticismo ou ao folclore. E mesmo quando convidados a ombrear eventos nacionais e internacionais para discutir as questões socioambientais, não são, de fato, ouvidos ou considerados, caracterizando-se tais oportunidades, muitas vezes, como espaços de negociação entre empresas e governos.

A partir deste quadro traçado, que aqui sumariamente resumimos, os autores avançam suas formulações sobre o que denominam como *vulnerabilidades socioambientais*, argumentando pelas camadas e interfaces que subjazem às questões socioambientais e os desafios que se colocam à *gestão de riscos e desastres*. Problematizam as limitações e desafios que se colocam às abordagens já desenvolvidas – especialmente, no que se refere a dicotomias existentes –, e argumentam pela necessidade de traçar estratégias de *justiça socioambiental* em uma construção articulada para a construção de ações e políticas que se voltem a *gestão integral de riscos*. Isto é, trata-se de reconhecer que a exposição a esses riscos não são homogêneas e universais, mas apresentam clivagens – *a cor, o rosto e o gênero* –, que incidem e se agravam quando se somam a desigualdades sociais já postas econômica e politicamente em nossa sociedade, inclusive pela ausência ou ações ineficientes do âmbito público.

É a partir deste campo, que congrega estes diferentes sujeitos, do reconhecimento de suas pautas e no que se aproximam em princípios orientadores comuns, uma vez que relacionados as suas concepções e práticas, secularmente construídas, que são apresentadas, pelos autores, as perspectivas para conceber e propor a *gestão integral de riscos*. Apesar da admissão de que apenas a exigência de uma transformação estrutural das formas de produzir e viver se constituiria no horizonte adequado, reconhecem os limites para que essa se opere quando se considera os acordos internacionais, as políticas públicas, o aparato estatal e a própria sociedade e que acabam por se conformar em proposições limitadas à mitigação dos riscos. Dessa forma, propõem alianças necessárias entre os distintos sujeitos – reconhecendo-se a contribuição dos povos originários e das populações tradicionais para a ampliação desta percepção e sua participação em estrutura efetivas –, a partir de um *movimento transversal de cuidado*, sob a perspectiva da *justiça socioambiental*, que congregue as diferentes áreas de políticas públicas relacionadas aos desastres e mudanças climáticas.

Esta perspectiva de articulação entre diferentes sujeitos sociais e coletivos, com vistas ao seu reconhecimento e potência política no enfrentamento de pautas relacionadas à questão ambiental é (re)afirmada em “*A extensão universitária no enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental*”. Tendo como referência a problematização e debates advindos do Curso de Extensão Universitária “Mudanças Climáticas e o Direito à Água na Metrópole do Rio de Janeiro”², além de avançar o campo de estudos e proposições à tríade *agrário/urbano/ambiental* – na formação em Serviço Social –, as autoras visam contribuir com inspiração a práticas que exercitem processos democráticos e ações voltadas à transformação da realidade urbana e social. E, ainda, objetivam contribuir para que se reconheça a potencialidade de enfrentamento que os territórios da periferia apresentam nesses processos.

Com os conteúdos do curso, debates desenvolvidos, visitas de campo a empreendimentos e estudo de casos, avançam a conceituação do racismo ambiental e sua derivação do racismo estrutural. Evidenciam como essencial a crítica e enfrentamento ao negacionismo das mudanças climáticas e como esta é uma luta cotidiana que deve ser desenvolvida diuturnamente envolvendo os diferentes sujeitos, como forma, inclusive, de denúncia das desigualdades de classe, de gênero e de raça e que subjazem e instrumentalizam o negacionismo e os interesses do capital. Reforçam, neste sentido, a importância de articulação no e com o território para o traçado de estratégias coletivas, a despeito de todas investidas em contrário, e para as quais não estão ausentes saberes técnicos e populares na direção de fomentar respostas tanto de curto quanto de longo prazo.

Em “*Ambivalências no acesso à água por comunidades tradicionais do Nordeste*”, os autores tomam como referência os conceitos de *ambivalência* e *acesso* para problematizar o processo de implementação do *Projeto de Integração do Rio São Francisco* (PISF), considerando como campo empírico a região Leste desse projeto. Estruturam a exposição a partir dos seguintes eixos – “*A ambivalência na compreensão sobre o Nordeste*”, “*A reconfiguração territorial do acesso à água pelas comunidades*”, “*Acesso comunitário à água: SISAR*” e “*O acesso à água nas vilas produtivas rurais*”.

Ao longo do texto, argumentam pelas limitações do efetivo acesso à água. Mesmo considerando que o projeto ainda não foi suficientemente implementado, evidenciam que, a partir da pesquisa realizada, constata-se que as populações da região ou não têm acesso à água e/ou o têm de forma reduzida. Isto é, ainda que parcela da população possa ter esse acesso, esse é limitado ao uso doméstico e familiar, não estando disponível para

2 Realizado em parceria (Faculdade de Serviço Social/UERJ/Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)/Núcleo Rio de Janeiro do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental e Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde do Rio de Janeiro, constituiu processos formativos sob orientação da educação popular, sobre a temática das agendas da água, da produção das cidades e das mudanças climáticas.

o consumo em atividades de produção e/ou geração de renda e que seriam próprias à sua segurança alimentar e subsistência.

Problematizam, ainda, as propostas racionalizadoras do projeto para a vida, a produção e reprodução destas populações, rejeitando as iniciativas por elas construídas com base em seus próprios saberes. Segundo os autores, não teriam sido consideradas estratégias de produção que estas populações já tradicionalmente desenvolviam, significando que foram alijados do processo e em sua autodeterminação.

Como último artigo deste dossiê, “*Vozes da terra e ancestralidade: imaginando novas perspectivas para o antropoceno*”, a autora se propõe a análise de *reflexões de pensadores indígenas e quilombolas*, pois pressupõe que é pelo *diálogo com as vozes da terra*, por suas *ancestralidades e epistemes* que se torna possível imaginar *novos projetos estéticos-éticos-políticos no Antropoceno*. Além de se referenciar em sua definição, é possível sintetizar que a autora qualifica o Antropoceno como um período de crise com múltiplas dimensões, envolvendo a todos e o próprio planeta e que, ao atingir *processos biogeoquímicos da Terra*, envolveria ainda *a falência dos paradigmas de imaginação política da modernidade ocidental capitalista*.

Problematizando os termos que integram sua hipótese e quadro de referência na primeira parte de seu texto, a autora o desdobra para abordar nos tópicos seguintes “*Vozes indígenas: o saber coletivo e a subjetividade das florestas*” e “*Vozes quilombolas: contra-colonialismo e confluência de saberes*”, para, então, *dar voz* aos conhecimentos e saberes de indígenas e quilombolas, pois seria a partir deles, da consideração de vozes até então suprimidas ao diálogo, que se tornaria possível a sobrevivência de todos os seres vivos. O texto também indica a necessidade de *acomodação pública* destes mundos tão peculiares que nos oportunizam reconciliar com a natureza, concluindo que sem este processo nossa existência e a do planeta não teriam perspectiva de futuro.

Em suma, destacamos que o dossiê deste número propõe reflexões sobre as configurações atuais da relação homem/natureza a partir da questão ambiental e suas interações com os povos originários e populações tradicionais, numa sociedade cuja forma concreta e histórica amplamente financeirizada expressa o aprofundamento da lógica especulativa de valorização do capital. Portanto, o desafio de refletir sobre o caráter eminentemente metabólico desta relação em que o “*homem é uma parte da natureza*” (Marx, 2004, p. 84), a transforma e é por ela transformado, em sua condição particular e histórica, certamente permanece como desafio.

A história do capitalismo já prova por si mesma, o resultado destruidor que uma visão dicotômica negadora da relação de reciprocidade entre homem e natureza estabelece. A lutas políticas e sociais dos povos originários e das populações tradicionais, no contexto marcado por uma ótica mercantilista – em que “a *valorização* do mundo das coisas (*sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens

(*menschenwelt*)” (Marx, 2004, p. 80) –, colocam na prática política concreta outros elementos substantivos de renovação, seja nos aspectos referentes a história da colonização e da escravização, quanto nos aspectos confluentes de seus modos de vida em torno de cosmovisões que indicam outras formas de ver, pensar, sentir e intervir no mundo.

Compreender as mediações decisivas na luta comum pela terra e pela autodeterminação, a partir desses sujeitos políticos e em uma perspectiva não eurocêntrica, certamente mobiliza concepções e conhecimentos desta memória secular de quem realmente somos como país.

Na sessão *Tema Livre*, esta edição da *Em Pauta* conta com as contribuições de dois artigos de autores angolanos, nos quais a dimensão educativa presente no trabalho do Serviço Social é objeto de reflexão. No primeiro deles, “*A dimensão socioeducativa do Serviço Social em Angola sob a perspectiva de Gramsci*”, os autores contextualizam, brevemente, a formação social angolana. Ressaltam sua particularidade de capitalismo periférico dependente, evidenciando seus traços constitutivos e que mesclam as heranças das bases comunais, do colonialismo português, do processo recente de independência (1975) e dos ditames neoliberais em vigor sob as orientações dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Para problematizar os *desafios do trabalho socioeducativo no Serviço Social* orientado para a *emancipação política*, contextualizam os recentes processos políticos advindos da independência, bem como da inserção da profissão de Serviço Social no país (sua emergência em 1962; sua abolição em 1977 e seu ressurgimento em 2005). Consideram, então, os limites para a orientação nesse referencial crítico, podendo ser identificadas apenas pontual e embrionariamente ações socioeducativas nesta direção.

O segundo artigo, publicado como tema livre, “*A dimensão educativa do Serviço Social na política de proteção de base em Angola*”, tem como objetivo propor reflexões sobre a dimensão educativa no trabalho do Serviço Social no âmbito da política de *proteção social no país*. Resgatando elementos da configuração econômico-política e sociocultural de Angola, em meio aos processos de colonização e independência, são apresentados os processos de emergência e trajetória da política de proteção social e da profissão de Serviço Social que acompanham essas transformações recentes e expressam sua jovialidade no quadro regulatório angolano.

A dimensão educativa que orienta, entre outras, o trabalho do Serviço Social é, então, problematizada pelos autores, a partir de uma instituição da política de proteção social tomada como caso exemplar. Argumentam, então, que ainda que contratado no âmbito das instituições do Estado e para atender aos seus interesses – nos marcos de condições de trabalho precárias – o assistente social pode desenvolver a dimensão educativa, em articulação e corroborada por outras dimensões de seu trabalho, para fazer avançar

mecanismos de *emancipação política* junto as classes subalternas, colocando em perspectiva a *emancipação humana*.

Esta edição conta, ainda, com a *Entrevista “Maria Emília Pacheco: em defesa da agroecologia e soberania alimentar”*, realizada pela *Em Pauta*, na qual nos são apresentados importantes processos históricos e sujeitos políticos que construíram História em suas articulações com as lutas sociais e políticas relacionadas a aspectos fundantes da formação social brasileira. A riqueza das contribuições de nossa entrevistada está, ainda, em ser, ela mesma, inovadora, em sua condição de gênero e, sobretudo, pelas temáticas com as quais trabalhou e continua a trabalhar, em inúmeros espaços e lugares que marcam a sua trajetória.

Maria Emília Pacheco recupera, em sua entrevista, a dinâmica desses processos através de sua experiência e de inter-relações possíveis entre as determinações da questão social e suas expressões na particularidade brasileira, a partir de reflexões sobre a questão ambiental, agroecologia e soberania alimentar. O faz, relacionando-as a questões estruturais do modo de produção capitalista em um país latino-americano periférico, fazendo com que sua entrevista se constitua como um rico e importante depoimento sobre a dinâmica de produção e reprodução do capital e de como ela inflexiona todas as esferas da vida social.

As desigualdades sociais – de classe, gênero, étnico-raciais – se fazem presentes em sua entrevista a partir de relatos sobre os movimentos de resistência. E, inclui-se aqui e em destaque sua própria participação histórica junto a outros sujeitos sociais e coletivos que lutam contra a barbárie perpetrada pelo capital frente às inúmeras questões que atravessam o dossiê desta edição e que apontam os desafios do tempo presente.

A *Homenagem de Vida* desta edição – “*Raoni e o movimento indígena no Brasil*” – oferece ao leitor a possibilidade de acompanhar uma narrativa biográfica de um respeitoso líder dos povos originários do Brasil e um importante protagonista das lutas pelos direitos destes povos e em seu processo de organização coletiva. Nesta exposição, entram em cena, ainda, importantes e significativos acontecimentos históricos da sociedade brasileira e a indicação de aspectos fundamentais à compreensão da cosmovisão dos povos originários, através da observação de seu modo de vida e organização – seja na esfera política mais ampla, nas relações estabelecidas com a natureza ou com os *parentes*, dentre outros ricos aspectos indicados nessa narrativa em movimento.

Na seção *Resenhas*, nesta edição, publicamos, pela primeira vez, um texto que discute resenha publicada³ na edição anterior da *Em Pauta*. A autora do livro resenhado⁴

3 NOGUEIRA, A. C. B. Mulheres negras, violência e saúde mental. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 54, p. 220-225, jan./abr. 2024. Resenha da obra: PASSOS, R.G. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.80436> 6. Acesso em: 20 abr. 2024.

4 PASSOS, R. G. *Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão*. São Paulo: Hucitec, 2023

apresenta sua réplica, intitulada “*Construindo diálogos e provocações: contribuições teóricas e políticas sobre saúde mental, racismo e violência*”. A outra resenha desta edição, “*A centralidade do pensamento ecológico de Marx a partir do conceito de “ruptura metabólica” na relação humana com a natureza*” se debruça sobre o livro “*A ecologia de Marx: materialismo e natureza*”, de John Bellamy Foster.

A *Mostra Fotográfica* deste número da *Em Pauta*, “*Voltar ao Centro*”, é um registro poético-documental que carrega nas imagens fotográficas apresentadas modos de existência e resistência dos povos originários em seus territórios e percursos. A anciã pataxó na fotografia inicial abre as várias temporalidades e espacialidades contidas na presentificação de inúmeras micronarrativas de sua cosmovisão.

Boa leitura!!!

Referências

ACSELRAD, H. Dimensões políticas do negacionismo ambiental: interrogando a literatura. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, seção especial, v. 60, [O desmonte socioambiental e as resistências emergentes], jul./dez. 2022 p. 26-42. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/80028>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BUARQUE, C.; GUERRA, R. Fado Tropical. Intérpretes: Chico Buarque e Ruy Guerra. In: *Chico Buarque*. Chico Canta. 1973. [BUARQUE, C.; GUERRA, R. *Calabar, o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980].

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARX, L. *Manuscritos económico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*, Livro III – O processo global da produção capitalista, seção VI. São Paulo: Boitempo, 2017.